

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A DME Distribuição S.A. – DMED (“Companhia” ou “DMED”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA**1.1 Número de consumidores, consumo de energia e balanço energético:**

A DMED é uma concessionária de geração e distribuição de energia elétrica, situada no município de Poços de Caldas-MG. Em 2022, houve um aumento de 3,16% no número de consumidores, totalizando 84.097.

O consumo cativo de energia elétrica, em 2022, foi no montante de 280 GWh ano. Foi vendido, no ano, o montante de 46 GWh de energia através do MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes. Por sua vez, o balanço energético apresentou um superávit da ordem de 104 GWh; energia esta, que foi liquidada no Mercado de Curto Prazo – MCP ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

2 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**2.1 – Receitas, Deduções e Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Bruta, composta principalmente pelo fornecimento de energia elétrica, encerrou 2022 com R\$ 314 milhões, uma diminuição de 8,91% ante o mesmo período de 2021, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: (i) não incidência de ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais, a partir de 23/06/2022; (ii) variação na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, a qual apresentou uma redução de 99,23% em relação ao período anterior; e (iii) redução do valor oriundo de liquidação de energia elétrica no mercado de curto prazo, impactada, principalmente, pela redução do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD em 78,96%, em relação ao ano anterior.

As Deduções finalizaram-se em R\$ 130,83 milhões, aumento de 1,09% com relação ao Exercício anterior, motivadas, primordialmente, pelo crescimento da Conta de Desenvolvimento Energético em 66,07%, atenuada pela redução de ICMS em 24,24%; resultando, assim na Receita Operacional Líquida em R\$ 183,19 milhões, 14,91% menor que em 2021.

2.2 – Gastos

Os Gastos representam os desembolsos (custo e despesas) registrados para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da empresa. Em 2022, somaram R\$ 170 milhões – diminuição de 8,04% em relação a 2021, causada, principalmente, pela diminuição dos Encargos e Recontabilizações do Mercado de Curto Prazo, assim bem como os custos com Energia Elétrica Comprada para Revenda, dentre os quais os Contratos de Energia de Itaipu, Energia Adquirida em Leilão e Regime de Cotas de Garantia Física.

2.3 – Resultado Operacional, Financeiro e Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores acima expostos, o resultado operacional encerrou 2022 com o saldo positivo de R\$ 13,14 milhões. Por sua vez, o resultado financeiro totalizou R\$ 16,34 milhões no período, apresentando um crescimento de 68,67% em relação ao período anterior, ocasionado, principalmente, pelos seguintes motivos: (i) aumento do rendimento de aplicações financeiras, em função da taxa média Selic do período; (ii) aumento da atualização financeira de depósitos judiciais; e (iii) aumento do resultado financeiro da atualização de ativos e passivos financeiros setoriais. Por consequência, o lucro líquido encerrou o exercício de 2022 com R\$ 24,51 milhões.

3 – ASPECTOS REGULATÓRIOS E TARIFÁRIOS**3.1 – Reposicionamento Tarifário**

Em novembro de 2022, foi homologado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da DMED que conduziu a um efeito médio nas tarifas de 15,28% sendo 23,51% para os consumidores em alta tensão e 10,20% para os consumidores em baixa tensão.

4 – INVESTIMENTOS Durante o ano de 2022, a DMED realizou investimentos da ordem de R\$ 19,5 milhões. Os principais valores foram: R\$ 7,5 milhões destinados diretamente em melhorias das redes de distribuição aéreas, R\$ 4,2 milhões em sistemas de medição, R\$ 3,2 milhões em usinas, R\$ 2,9 milhões em subestações e 1,6 milhões em equipamentos.

Agradecimentos

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMED.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das Empresas DME pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

A Administração,

Poços de Caldas, 14 de abril de 2023.

Miguel Gustavo Durante de Oliveira - Diretor Superintendente
Miguel Gustavo Junqueira Franco - Diretor Administrativo Financeiro
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **DME Distribuição S.A. - DMED** - Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Distribuição S.A. - DMED (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-027623/F
Marcos Roberto Sponchiado - Contador CRC-ISP175536/O-5

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.037	62.864
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	35.183	40.146
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	6.205	1.915
Serviços em curso		1.661	1.421
Estoque		1.576	1.289
Despesas pagas antecipadamente		600	668
Ativos financeiros setoriais	6	57.273	50.062
Subvenção CDE - descontos tarifários	9.1	2.074	586
Outros créditos	9	2.303	3.808
		182.912	162.759
Não circulante			
Indenização complementar - MP 579/12	9	9.038	10.224
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10	19.435	16.423
Cauções e depósitos vinculados	7	23.879	21.323
Tributos a compensar	8	36.878	24.082
Tributos diferidos	25	17.489	14.285
Ativos financeiros setoriais	6	11.115	-
Superávit - plano de benefício definido	11	3.928	4.910
		121.762	91.247
Imobilizado			
Intangível	12	29.834	30.591
Ativo de contrato - Infraestrutura em construção	13	138.268	139.737
		16.458	13.684
		184.560	184.012
Ativo total		489.234	438.018
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	9.869	13.275
Folha de pagamento		515	457
Creddos diversos	15	7.309	6.574
Passivos financeiros setoriais	6	37.703	12.227
Encargos regulatórios	16	795	769
Pesquisa e desenvolvimento	17	1.940	1.737
Programa de eficiência energética	17	2.718	2.196
Tributos e contribuições sociais	18	4.220	9.646
Obrigações estimadas		4.053	4.145
		69.122	51.026

Não circulante			
Outros passivos		2	5
Passivos financeiros setoriais	6	4.007	-
Tributos e contribuições sociais	18	36.803	23.773
Provisões para contingências	19	47.519	41.564
		88.331	65.342
		157.453	116.368
Patrimônio líquido			
Capital social	20	222.950	222.950
Reserva legal		13.901	12.675
Reserva de lucros		94.930	86.025
Total do patrimônio líquido		331.781	321.650
		489.234	438.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	183.187	215.299
Custo do serviço	22	(149.010)	(170.573)
Lucro bruto		34.177	44.726
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(2.478)	(1.543)
Despesas gerais e administrativas	22	(20.853)	(19.857)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	2.294	7.065
		(21.037)	(14.335)
Resultado operacional		13.140	30.391
Receitas financeiras	24	28.901	15.330
Despesas financeiras	24	(12.560)	(5.642)
Receitas financeiras, líquidas		16.341	9.688
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.481	40.079
Contribuição social corrente	25	(2.087)	(3.278)
Imposto de renda corrente	25	(5.621)	(8.901)
Impostos diferidos	25	2.742	2.825
Lucro líquido do exercício		24.515	30.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	24.515	30.725
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido líquido	(897)	(974)
Resultado abrangente do exercício	23.618	29.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	222.950	11.139	70.584	-	304.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.725	30.725
Outros resultados abrangentes	-	-	(974)	-	(974)
Constituição de reserva legal	-	1.536	-	(1.536)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(12.774)	-	(12.774)
Transferência para reserva de lucros	-	-	29.189	(29.189)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	222.950	12.675	86.025	-	321.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.515	24.515
Outros resultados abrangentes	-	-	(897)	-	(897)
Constituição de reserva legal	-	1.226	-	(1.226)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(13.487)	-	(13.487)
Transferência para reserva de lucros	-	-	23.289	(23.289)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	222.950	13.901	94.930	-	331.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	24.515	30.725
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	740	204
Depreciação e amortização (Nota 12 e 13)	12.929	12.986
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	12.402	23.309
Tributos diferidos (Nota 25)	(2.742)	(2.825)
Constituição (reversão) de provisões para contingências, líquidas (Nota 19)	6.372	5.867
	54.216	70.266
Redução (aumento) nos ativos:		
Consumidores e revendedores	4.223	2.324
Ativo financeiro indenizável (concessão)	(3.012)	(1.396)
Ativos (passivos) financeiros setoriais	11.157	(7.155)
Tributos a compensar	(6.507)	(23.693)
Superávit - Plano de benefício definido	982	1.176
Demais ativos circulantes e não circulantes	(5.050)	1.382
	1.793	(27.362)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(3.406)	2.495
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	58	(45)
Tributos e contribuições sociais	4.887	14.771
Encargos regulatórios	25	(544)
Pagamento de contingências (Nota 19)	(417)	(1.006)
Demais passivos circulantes e não circulantes	471	4.191
	1.618	19.862
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	(7.862)	(10.210)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	49.765	52.556
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado e intangível (Nota 12 e 13)	(23.105)	(33.416)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(23.105)	(33.416)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre capital próprio (Nota 20)	(13.487)	(12.774)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(13.487)	(12.774)
Aumentado caixa e equivalentes de caixa	13.173	6.366
Caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	76.037	62.864
No início do exercício	62.864	56.498
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	13.173	6.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Venda de energia e serviços	294.450	328.947
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.478)	(1.543)
Outros resultados	4.921	9.053
	296.893	336.457
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - custos energia		

	Geração	Distribuição	Administração	Total do intangível	Ativo de contrato	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2020	50.457	202.374	749	253.580	13.943	267.523
Adições (*)	247	15.650	-	15.897	15.684	31.581
Baixas	(3.400)	(7.059)	-	(10.459)	(15.943)	(26.402)
Saldo em 31/12/2021	47.304	210.965	749	259.018	13.684	272.702
Adições (*)	3.237	14.474	-	17.711	23.105	40.816
Baixas	(5.930)	(8.686)	-	(14.616)	(20.331)	(34.947)
Saldo em 31/12/2022	44.611	216.753	749	262.113	16.458	278.571
Amortização						
Saldo em 31/12/2020	(30.549)	(81.704)	(571)	(112.824)	-	(112.824)
Adições	(1.346)	(8.849)	(32)	(10.227)	-	(10.227)
Baixas	1.834	1.936	-	3.770	-	3.770
Saldo em 31/12/2021	(30.061)	(88.617)	(603)	(119.281)	-	(119.281)
Adições	(1.296)	(9.094)	(31)	(10.421)	-	(10.421)
Baixas	2.962	2.895	-	5.857	-	5.857
Saldo em 31/12/2022	(28.395)	(94.816)	(634)	(123.845)	-	(123.845)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2021	17.243	122.348	146	139.737	13.684	153.421
Saldo em 31/12/2022	16.216	121.937	115	138.268	16.458	154.726
Taxa de amortização %	7,00%	6,28%	12,22%			

(*) As adições de intangíveis referem-se a transferências de ativo de contrato.

Ativo de contrato (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente ao longo do tempo, durante a fase de construção. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, após o término do período de construção e consequente reconhecimento dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração o valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (a partir de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	31/12/2022	31/12/2021
14. Fornecedores		
Fornecedores de energia elétrica	4.958	5.458
Fornecedores - Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	2.032	1.703
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	1.547	5.146
Materiais e serviços	1.332	968
	9.869	13.275

	31/12/2022	31/12/2021
15. Credores diversos		
Prefeitura municipal de Poços de Caldas - CIP	3.526	3.650
Taxa de iluminação pública arrecadada	1.700	1.498
Consumidores	1.153	674
Cauções em garantia	474	329
Empregados	208	17
Credores - outros	159	327
Fupaj - Repasse lei 8415/07	89	79
	7.309	6.574

	31/12/2022	31/12/2021
16. Encargos regulatórios		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	579	579
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - COFURH	188	165
Taxa de fiscalização - ANEEL	28	25
	795	769

	31/12/2022	31/12/2021
17. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programas de Eficiência Energética (PEE)		
Recursos em poder da empresa	1.840	1.634
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	55	69
Ministério de Minas e Energia - MME	27	34
Repasse a CDE - Recursos P&D	18	-
Programa de eficiência energética	2.718	2.196
	4.658	3.933
Pesquisa e desenvolvimento	1.940	1.737
Programa de eficiência energética	2.718	2.196

	31/12/2022	31/12/2021
18. Tributos e contribuições sociais		
COFINS	1.635	1.401
ICMS	1.196	6.097
INSS	455	418
PIS/PASEP	338	290
FGTS	254	158
IRRF - Juros sobre capital próprio	150	191
Cofins - Lei 10.833/03	76	47
ISS - Serviços de terceiros	39	22
IRRF - Serviços de terceiros	36	21
CSLL - Lei 10.833/03	25	15
PIS - Lei 10.833/03	16	11
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	-	700
CSLL - Pessoa jurídica	-	275
PIS e Cofins a restituir	10.580	-
Repetição de indébito tributário PIS e COFINS (Nota 8)	26.223	23.773
	41.023	33.419
Circulante	4.220	9.646
Não circulante	36.803	23.773

19. Provisões para contingência

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões para contingências foram constituídas pela Administração com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda (saída de recursos) mais provável do que não, na opinião dos assessores legais e da Administração.

	31/12/2021	Constituição de provisão	Reversão da provisão	Realização pagamentos	31/12/2022
Cíveis	24.886	6.863	(473)	(17)	31.259
Trabalhistas	1.484	669	(1.015)	(400)	738
Tributárias:					
Federal	14.749	228	-	-	14.977
Estadual	445	100	-	-	545
Total	41.564	7.860	(1.488)	(417)	47.519

a) Cíveis

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definido pela Administração, são consideradas de risco de perda provável e, portanto, são provisionadas. As ações cíveis classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$2.888.

b) Trabalhistas

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, reajuste salarial acordo coletivo, dentre outras reivindicações).

As ações trabalhistas classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$778.

c) Fiscais - não recolhimento de tributos federais

Foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal contra o então Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas - DME, auto de infração alegando o não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para os períodos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Ocorre que até maio de 2010, a Companhia gozava de imunidade tributária para o recolhimento dos referidos impostos, no entanto, o Fisco lavrou Auto de Infração descaracterizando a imunidade (recíproca) da Companhia. Em 2014, baseada em decisão final do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, favorável à Companhia, foi efetuada reversão de parte do valor inicialmente provisionado para os períodos de 1999 a 2004.

Em 2020, a decisão final do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, também foi favorável à Companhia, que não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Desta forma, o Auto de Infração recebido pelo não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para o período de 2007 foi encerrado, e consequentemente, revertido os valores decorrentes do contingenciamento, da ordem de R\$13.006. Atualmente, a Companhia mantém provisionado o montante de R\$2.883 referente aos autos de infração de 2008 a 2010 até que sejam julgados pelo CARF.

d) Fiscais - não recolhimento de INSS Terceiras Entidades

A DMED sofreu fiscalização da Receita Federal, no que tange aos recolhimentos de contribuições previdenciárias. Sendo assim, foi identificado pelo Fisco, a falta de recolhimento de INSS Terceiras Entidades, férias, prêmio produtividade, alimentação, multas acessórias, relativo ao período de 04/2004 a 09/2008. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídicos da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$11.986 e foi contabilizado pela Companhia.

Não há ações tributárias classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é integralmente subscrito pelo acionista e controlador DME Poços de Caldas Participações S.A., o qual está assim representado:

	2022 e 2021	
	Quantidade de ações	Valor
Capital subscrito	476.785.114	222.950
Capital social	476.785.114	222.950

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reservas de lucros

As reservas de lucros são contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia. O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 e de R\$94.930 que compreende: i) Reserva de retenção de lucros, no valor de R\$1.094, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; e ii) Reserva de Lucros, no valor de R\$93.836, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76.

d) Destinação do lucro líquido

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei ao titular de suas ações.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	24.515	30.725
(-) Reserva legal	(1.226)	(1.536)
Base de cálculo	23.289	29.189

Dividendos mínimos obrigatórios (25%)

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio pagos no exercício de 2022, calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-lhes a taxa de juros de longo

prazo do respectivo período, no valor total líquido de R\$11.464 (R\$13.487 bruto em 2022 e R\$12.774 bruto em 2021), são imputados aos dividendos obrigatórios, dando-se por liquidada tal obrigação, e a diferença absorvida no patrimônio líquido da Companhia.

21. Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Bruta:		
Fornecimento de energia elétrica	192.014	205.197
Suprimento de energia elétrica	24.824	19.615
Venda de energia MVE - Mecanismo de venda de excedente	9.986	11.596
Ativos financeiros - CVA	171	22.223
Disponibilização da rede elétrica	48.146	48.249
Energia elétrica de curto prazo	6.918	14.567
	282.059	321.447
Receita de construção	19.562	15.768
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serviço concedido	11.867	7.014
Serviço taxado	476	452
Outros serviços cobráveis	48	35
	314.012	344.716

Deduções da receita operacional:

Impostos sobre a receita

ICMS	(51.186)	(67.563)
PIS/PASEP	(4.917)	(5.453)
COFINS	(22.770)	(25.169)
	(78.873)	(98.185)

Encargos do consumidor

Conta de desenvolvimento energético - CDE	(48.916)	(29.455)
Pesquisa e desenvolvimento	(819)	(998)
Programa de eficiência energética	(819)	(998)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.094)	(902)
Taxa de fiscalização	(304)	(271)
Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias	-	1.392
	(51.952)	(31.232)
	183.187	215.299

Receita operacional líquida

a) Fornecimento de energia elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

Nº CONS	31/12/2022			31/12/2021		
	MWH	RS/MIL	N.ºCONS	MWH	RS/MIL	
Fornecimento faturado						
Residencial	71.016	129.072	118.893	69.012	129.755	120.534
Residencial baixa renda	5.878	10.468	295	5.648	7.778	2.409
Industrial	182	30.468	22.087	191	31.862	21.634
Comercial	5.952	66.283	54.172	5.591	65.250	52.680
Rural	479	5.506	3.992	480	6.253	4.137
Poder público	428	4.833	3.841	436	4.267	3.286
Iluminação pública	6	18.210	8.785	7	20.865	9.721
Serviço público	139	14.117	8.589	136	14.636	8.406
Consumidores Livres	38	302.258	46.715	29	301.284	46.978
Receita disponibilidade da rede elétrica	-	-	1.520	-	-	1.272
Ultrapassagem de demanda e ex. reativo	-	-	(1.928)	-	-	(1.422)
Outros consumidores cativos	-	-	(87)	-	-	(74)
Subtotal	84.118	581.215	266.874	81.530	581.950	269.561

Energia elétrica - CCEE	-	-	6.918	-	-	14.567
Venda de energia - MVE	-	-	9.986	-	-	11.596
Receita CVA ativa/passiva não faturada	-	-	171	-	-	22.223
Fornecimento não faturado exerc. anterior	-	-	(14.873)	-	-	(11.373)
Fornecimento não faturado	-	-	12.983	-	-	14.873
Total	84.118	581.215	282.059	81.530	581.950	321.447

O consumo próprio da Companhia corresponde a 861,18 MWh e 17 instalações de consumo.

b) Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição - Consumidores Livres

Parcela referente ao consumidor industrial na área de concessão da Companhia que está na condição de "livre". Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição "TUSD" desse consumidor livre, é cobrado pela Companhia conforme demonstrado na nota explicativa acima como: receita pela disponibilidade da rede elétrica e receita de custo de conexão consumidores livres.

c) Receita CVA ativa/passiva não faturada

As receitas decorrentes das variações da conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser registrados a partir de 10 de dezembro de 2014, mediante aditamento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Os montantes registrados na receita decorrem das constituições e amortizações realizadas durante o exercício de 2022, os quais já foram e ainda serão homologados nos próximos reajustes tarifários da DMED.

22. Custo do serviço, operação, despesas e receitas operacionais

Os custos com energia elétrica e operação, bem como as despesas e receitas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza de gasto	Custo do serviço	Despesas com vendas	Desp. gerais e administrativas	Outras despesas/receitas líquidas	
				31/12/2022	31/12/2021
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	66.546	-	-	-	66.546
Encargos de Uso da Rede Elétrica	23.986	-	-	-	23.986
Pessoal	21.518	-	9.148	-	30.666
Material	1.088	-	296		

Despesa financeira		
Atualização do passivo financeiro setorial - CVA	(8.214)	(2.757)
Atualização repetição de indébito PIS Cofins	(2.450)	(2.240)
Atualização Créditos Pis e Cofins – Geração Própria	(1.167)	-
Atualização dos programas de P&D e eficiência energética	(337)	(136)
Outras despesas financeiras	(392)	(509)
	(12.560)	(5.642)

Resultado financeiro líquido	16.341	9.688
------------------------------	---------------	--------------

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2022 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14:

(a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados do exercício:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	29.481	29.481	40.079	40.079
Adições	14.249	14.249	33.233	33.233
Exclusões	(20.540)	(20.540)	(38.513)	(38.513)
Base de cálculo	23.190	23.190	34.799	34.799
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.479	2.087	5.220	3.132
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	2.295	-	3.456	-
Outros ajustes	(153)	-	225	146
Total impostos correntes	5.621	2.087	8.901	3.278

(b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentado a seguir:

	Diferenças temporárias		31/12/2022	31/12/2021
Provisões			57.525	49.316
Previdência privada			(3.928)	(4.910)
Atualização do ativo financeiro			(2.157)	(2.392)
Base impostos diferidos			51.440	42.014
Alíquota aplicável			34%	34%
Impostos diferido ativo, líquido			17.490	14.285
Imposto diferido líquido no resultado do exercício			2.742	2.825
Imposto diferido líquido no resultado abrangente			462	502
			3.204	3.327

26. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., que detém 100% das ações da sociedade.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) CIP - Contribuição para Iluminação Pública

	31/12/2022	31/12/2021
Prefeitura municipal de Poços de Caldas - CIP	3.526	3.650

b) Produtos e serviços

Parte relacionada	Natureza da operação	31/12/2022	31/12/2021
DME - Energética S.A.	Receita pela disponibilidade da rede elétrica	1.520	1.333

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

c) Pessoal-chave

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia está composta como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	1.253	1.019
Encargos sociais	466	382
Férias e 13º salário	370	353
Vale-alimentação/refeição	48	39
Outros benefícios	338	285
	2.475	2.078

27. Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros por categoria são como seguem:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos financeiros	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	76.037	-	-	76.037
Ativos financeiros setoriais	57.273	-	-	57.273
Consumidores e concessionárias	35.183	-	-	35.183
Ativo financeiro concessão	-	19.435	19.435	19.435
	168.493	19.435	19.435	187.928
Passivos financeiros	Custo amortizado			
Passivos financeiros setoriais	37.703			
Fornecedores	9.869			
Tributos e contribuições sociais	4.220			
Programa de Eficiência Energética	2.718			
Pesquisa e Desenvolvimento	1.940			
Encargos regulatórios	795			
Folha de pagamento	515			
	57.760			
	31/12/2021		31/12/2021	
Ativos financeiros	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	62.864	-	-	62.864
Ativos financeiros setoriais	50.062	-	-	50.062

Consumidores e concessionárias	40.146	-	40.146
Ativo financeiro concessão	-	16.423	16.423
	153.072	16.423	169.495

Passivos financeiros	Custo amortizado		
Fornecedores	13.275		
Tributos e contribuições sociais	9.646		
Passivos financeiros setoriais	12.227		
Programa de Eficiência Energética	2.196		
Pesquisa e Desenvolvimento	1.737		
Encargos regulatórios	769		
Folha de pagamento	457		
	40.307		

28. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Supervisão Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Supervisão Financeira da DMED identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Gerência Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Supervisão Financeira. A Supervisão Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$75.124 (em 2021 R\$61.901) e outros ativos líquidos de R\$54.130 (em 2021 R\$66.323), os quais se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez a valores nominais.

Risco regulatório

As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas empresas de distribuição de energia elétrica dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL. A metodologia de revisão tarifária (ciclo de revisão) é de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão.

As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas empresas do setor, embora possam ser compensadas em períodos subsequentes por outros reajustes.

Risco de escassez de energia elétrica

A energia fornecida aos consumidores da Companhia é oriunda de empreendimentos das quais é proprietária/consorciada, de cotas compulsórias (Itaipu, Angra I e Angra II, Cotas de Garantia Física e PROINFA) e da aquisição em Leilões de Energia, sendo que a fonte hidrelétrica é responsável por cerca de 80% do portfólio.

As vazões afluentes às usinas localizadas em algumas bacias que compõem o SIN, nestes últimos anos, situaram abaixo da média histórica, porém a partir de 2022 houve uma recuperação dos níveis dos reservatórios ocasionada pela melhora na hidrologia no período. Até 2021, em algumas dessas bacias, observaram-se as piores sequências hidrológicas de todo o histórico de vazões de 91 anos (1931/2021). Considerando de forma agregada, as vazões para todo o SIN, no último período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, configuraram a pior condição hidrológica já observada para esse período no histórico.

Em termos de armazenamentos equivalentes, foram verificados, ao final de dezembro/22, os seguintes valores nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, correspondentes a 56,48% e 85,21%, um crescimento de 89% e 106%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Diante do contexto hidrológico favorável nas principais bacias hidrográficas do SIN desde o início do período chuvoso 2022/2023 e uma projeção de baixo crescimento da carga, não há indicativos de possibilidade de racionamento de energia.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

29. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.8

(b) Superávit – Plano de benefício definido: Nota 11

(c) Provisão para contingências: Nota 2.10

30. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2022 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

31. Eventos Subsequentes

Avaliação de aquisição de quotas

A administração da DMED avalia a aquisição de 0,169424% da participação da DMED no Consórcio Machadinho.

Uma das consorciadas ofertou sua participação às demais consorciadas, em cumprimento ao direito de preferência disposto no Contrato de Consórcio, o qual foi exercido pela DMED, dentre outras consorciadas. Após a conclusão da operação, o percentual de participação da DMED no Consórcio Machadinho passará de 2,7326% para 2,902024%.

Atualmente, encontra-se em discussão, entre as partes, a minuta do Contrato de Alienação de Participação no Consórcio.

Julgamento STF - "Quebra" de decisões judiciais definitivas

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Diretoria

Miguel Gustavo Durante de Oliveira - Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco - Diretor Administrativo Financeiro

Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Responsável Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora - CRC-MG090512/O-2

EXTRATO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA DME DISTRIBUIÇÃO S.A. – DMED. Em reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 26/04/2023, às 08:00 hs, a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal manifestaram, por unanimidade, pareceres favoráveis à: (i) aprovação do teor constante no Relatório de Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, estando aptas para deliberação pelos órgãos competentes; e (ii) aprovação da proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2022. Valdeci Miguel Rodrigues – Presidente, Marlene de Fátima Silva – Conselheira Fiscal Efetiva, Rejiane Aparecida Faria Lelis – Conselheira Fiscal Efetiva.

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 27 04 2023 DME DISTRIBUICAO S A DMED pdf

Código do documento 68dac336-1d21-458a-ab97-41971ffd30b0



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

27 Apr 2023, 08:32:53

Documento 68dac336-1d21-458a-ab97-41971ffd30b0 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2023-04-27T08:32:53-03:00

27 Apr 2023, 08:33:27

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2023-04-27T08:33:27-03:00

27 Apr 2023, 08:33:42

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 186.193.148.130 (148-193-186-130.pocos-net.com.br porta: 46520). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2023-04-27T08:33:42-03:00

Hash do documento original

(SHA256):58462f9142b9c977e41f19ee00e551cf4a14bc04daad56faa84baba142da5d57
(SHA512):28a5fa424e0cb54f184308d1b0cba04b1c473d2be92fee8b3755d8a3d2a92b52b22d70c823d58a746809be652b4bf20d835bcae687278d02243be1fccac4c49e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign